



ISSN: 2595-1661

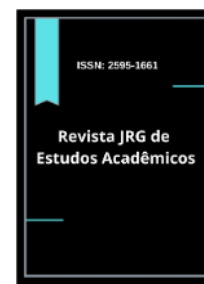
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](http://portal.periodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Contabilidade pública e políticas educacionais: transparência e avaliação da efetividade do financiamento da educação no Brasil

Public Accounting and Educational Policies: Transparency and Evaluation of the Effectiveness of Education Financing in Brazil

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3020

ARK: 57118/JRG.v9i20.3020

Recebido: 02/03/2026 | Aceito: 08/03/2026 | Publicado on-line: 09/03/2026

Adriana da Silva Santos¹

<https://orcid.org/0009-0003-5045-3243>

<http://lattes.cnpq.br/4645899785843170>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: santossilva@unitins.br

Hosana da Silva de Melo²

<https://orcid.org/0000-0002-0086-0153>

<http://lattes.cnpq.br/1930255882089592>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: hosana.sm@unitins.br

Lílian Natália Ferreira de Lima³

<https://orcid.org/0000-0002-0931-3105>

<http://lattes.cnpq.br/6290282911607995>

Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil

E-mail: lilian.nf@unitins.br



Resumo

A contabilidade pública constitui instrumento essencial para o acompanhamento do financiamento das políticas educacionais no Brasil, ao registrar, evidenciar e analisar a aplicação dos recursos destinados à educação. Este estudo tem como objetivo analisar de que forma a contabilidade pública contribui para a transparência fiscal e para a avaliação da efetividade das políticas públicas educacionais. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise da legislação vigente, de relatórios oficiais e de literatura especializada sobre financiamento da educação e gestão pública. Os resultados evidenciam avanços significativos na transparência educacional, especialmente após a consolidação da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Acesso à Informação e do novo FUNDEB. Contudo, persistem desafios relacionados à integração entre dados contábeis e indicadores educacionais, como IDEB e taxas de abandono escolar. Conclui-se que a contabilidade pública pode contribuir de forma mais efetiva para a melhoria da qualidade educacional quando articulada a indicadores de desempenho e utilizada como ferramenta estratégica de gestão e controle social.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Políticas Educacionais. Transparência. Financiamento da Educação. Avaliação de Políticas Públicas.

¹ Pós-graduada em gestão pública pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

² Professora do curso de especialização de Gestão Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

³ Professora do curso de especialização de Gestão Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).



Abstract

Public accounting is an essential instrument for monitoring the financing of educational policies in Brazil, as it records, discloses, and analyzes the allocation of public resources for education. This study aims to analyze how public accounting contributes to fiscal transparency and to the evaluation of the effectiveness of educational public policies. It is a qualitative, bibliographic, and documentary research based on current legislation, official reports, and specialized literature on education financing and public management. The results highlight significant advances in educational transparency, especially after the consolidation of the Fiscal Responsibility Law, the Access to Information Law, and the new FUNDEB. However, challenges remain regarding the integration between accounting data and educational performance indicators. It is concluded that public accounting can contribute more effectively to educational quality when integrated with performance indicators and used as a strategic management tool.

Keywords: *Public Accounting. Educational Policies. Transparency. Education Financing. Public Policy Evaluation.*

1. Introdução

A garantia do direito à educação de qualidade, previsto na Constituição Federal de 1988, depende diretamente da adequada aplicação dos recursos públicos destinados ao setor educacional. Nesse contexto, o financiamento da educação básica tornou-se elemento central nas discussões sobre equidade, eficiência e qualidade do ensino.

A contabilidade pública desempenha papel estratégico ao registrar, controlar e evidenciar a execução orçamentária e financeira das políticas educacionais. Instrumentos como a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) ampliaram os mecanismos de transparência e fortaleceram a accountability na gestão pública.

Além disso, a consolidação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) reforçou a necessidade de acompanhamento sistemático dos recursos aplicados na educação.

Entretanto, questiona-se: de que forma a contabilidade pública tem contribuído efetivamente para a transparência e para a avaliação da efetividade das políticas públicas educacionais no Brasil?

Diante disso, o presente estudo objetiva analisar o papel da contabilidade pública como instrumento de transparência fiscal e avaliação da efetividade do financiamento educacional

2. Referencial Teórico

2.1 Contabilidade pública e transparência fiscal

A contabilidade pública é definida como o ramo da contabilidade voltado ao registro e controle dos atos e fatos da administração pública (KOHAMA, 2019). No campo educacional, sua função vai além do controle formal das despesas, sendo instrumento fundamental para o monitoramento das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a vinculação de receitas para a educação, determinando percentuais mínimos de investimento. A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou o planejamento e a transparência na gestão dos recursos públicos.

O FUNDEB tornou-se mecanismo essencial para redistribuição de recursos educacionais, buscando reduzir desigualdades regionais. Contudo, conforme Cury (2018),



o volume de recursos aplicados não garante, isoladamente, melhoria da qualidade da educação.

Indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), taxas de abandono escolar e distorção idade-série são utilizados para mensurar resultados educacionais. No entanto, ainda há limitada articulação entre dados contábeis e indicadores de desempenho.

Saviani (2019) destaca que as políticas educacionais devem ser analisadas não apenas sob a perspectiva financeira, mas também em relação aos seus impactos pedagógicos e sociais.

2.2 Financiamento da Educação Básica no Brasil

O financiamento da educação básica no Brasil está fundamentado na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a obrigatoriedade da vinculação de receitas para manutenção e desenvolvimento do ensino. A Carta Magna determina que a União aplique, no mínimo, 18% da receita resultante de impostos na educação, enquanto Estados e Municípios devem destinar, no mínimo, 25% de suas receitas.

Esse mecanismo de vinculação busca assegurar estabilidade no financiamento educacional, garantindo recursos mínimos para funcionamento das redes públicas de ensino.

Entretanto, a desigualdade socioeconômica entre as regiões brasileiras evidenciou a necessidade de mecanismos redistributivos. Nesse contexto, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) consolidou-se como principal instrumento de redistribuição de recursos educacionais no país. Constitucionalizado em 2020, o FUNDEB tornou-se permanente, ampliando a participação da União no financiamento e estabelecendo critérios que visam reduzir desigualdades regionais. O FUNDEB opera por meio da formação de fundos estaduais compostos por recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais, redistribuídos com base no número de matrículas da educação básica. Tal mecanismo busca promover maior equidade no acesso a recursos financeiros.

Contudo, conforme destaca Cury (2018), o volume de recursos aplicados na educação não garante, de forma isolada, melhoria na qualidade do ensino. A efetividade das políticas educacionais depende da adequada gestão dos recursos, do planejamento estratégico e da integração entre investimento financeiro e indicadores de desempenho educacional.

Assim, a análise do financiamento educacional deve considerar não apenas os valores investidos, mas também a forma como esses recursos são aplicados e seus impactos sobre a aprendizagem, permanência e equidade no sistema educacional.

2.3 Indicadores educacionais e avaliação da efetividade das políticas públicas

A avaliação da efetividade das políticas públicas educacionais exige a articulação entre dados financeiros e indicadores de desempenho escolar. No contexto brasileiro, diversos indicadores são utilizados para mensurar a qualidade da educação básica, entre eles o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as taxas de abandono escolar, a distorção idade-série e os resultados de avaliações externas em larga escala.

O IDEB, criado em 2007, combina dados de rendimento escolar (taxas de aprovação) com desempenho em avaliações padronizadas, constituindo-se em importante instrumento de monitoramento da qualidade educacional. Entretanto, a análise isolada desses indicadores pode não revelar a complexidade das condições estruturais e financeiras que influenciam os resultados.



Nesse sentido, a integração entre indicadores contábeis — como gasto público por aluno, execução orçamentária e aplicação mínima constitucional — e indicadores pedagógicos torna-se fundamental para uma avaliação mais consistente das políticas educacionais. A simples ampliação dos recursos investidos não assegura melhoria automática nos resultados de aprendizagem, sendo necessária a gestão eficiente e estratégica desses recursos.

Saviani (2019) destaca que as políticas educacionais devem ser analisadas à luz de seus impactos sociais e pedagógicos, considerando a relação entre investimento, organização escolar e qualidade do ensino. Da mesma forma, Libâneo (2017) enfatiza que a gestão educacional deve articular planejamento financeiro e projeto pedagógico, de modo a garantir que os recursos aplicados resultem em efetivas melhorias na aprendizagem.

Assim, a contabilidade pública pode contribuir significativamente para a avaliação da efetividade das políticas educacionais quando seus dados são utilizados de forma integrada aos indicadores de qualidade. Tal articulação fortalece o controle social, subsidia decisões administrativas e permite análises mais aprofundadas sobre a relação entre financiamento e resultados educacionais.

2.4 Controle social e accountability na gestão educacional **A transparência na gestão educacional está diretamente relacionada ao fortalecimento do controle social e da accountability.**

O princípio da publicidade, previsto na Constituição Federal de 1988, assegura à sociedade o direito de acompanhar a aplicação dos recursos públicos e avaliar os resultados das políticas implementadas.

No campo educacional, o controle social manifesta-se por meio de conselhos como o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB), além da atuação dos Tribunais de Contas e da Controladoria-Geral da União. Esses mecanismos contribuem para ampliar a fiscalização da aplicação dos recursos e reduzir riscos de irregularidades.

Entretanto, a efetividade do controle social depende da qualidade e acessibilidade das informações disponibilizadas. Dados excessivamente técnicos ou pouco organizados podem dificultar a participação cidadã. Nesse sentido, a contabilidade pública deve adotar linguagem clara e instrumentos de divulgação que favoreçam a compreensão dos dados financeiros por gestores escolares, conselheiros e comunidade.

A accountability educacional, portanto, não se limita à prestação formal de contas, mas envolve responsabilidade na gestão dos recursos e compromisso com resultados pedagógicos.

2.5 Desafios e perspectivas para a integração entre financiamento e qualidade educacional

Apesar dos avanços normativos e tecnológicos na divulgação de informações fiscais, persistem desafios na integração entre financiamento e qualidade educacional. A fragmentação dos sistemas de informação e a ausência de análises integradas entre dados financeiros e indicadores pedagógicos dificultam avaliações mais aprofundadas sobre a efetividade das políticas públicas.

Um dos principais desafios consiste em transformar dados contábeis em instrumentos estratégicos de planejamento educacional. Muitas vezes, os relatórios



financeiros cumprem exigências legais, mas não são utilizados como ferramentas de apoio à tomada de decisão pedagógica.

Além disso, as desigualdades regionais e socioeconômicas impactam diretamente a capacidade dos entes federativos de converter investimento financeiro em melhoria da aprendizagem. Dessa forma, a análise da efetividade das políticas educacionais deve considerar fatores estruturais, gestão escolar e contexto social. Como perspectiva, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de painéis integrados que relacionem gasto público por aluno, infraestrutura escolar, formação docente e resultados educacionais. A utilização estratégica da contabilidade pública, aliada a indicadores de qualidade, pode fortalecer a governança educacional e subsidiar políticas mais equitativas e eficazes.

3. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória. Foram utilizados dois procedimentos principais:

- a) Pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos sobre contabilidade pública e financiamento da educação;
- b) Análise documental de legislações e relatórios oficiais relacionados ao financiamento educacional.

A análise de conteúdo permitiu identificar avanços e limitações na utilização da contabilidade pública como instrumento de avaliação das políticas educacionais

4. Resultados e Discussão

4.1 Relação entre financiamento educacional e desempenho escolar

A análise da relação entre investimento público e qualidade educacional constitui elemento central para a avaliação da efetividade das políticas públicas.

No contexto brasileiro, o financiamento da educação básica apresenta crescimento progressivo ao longo dos últimos anos, especialmente após a consolidação do FUNDEB permanente.

Para observar essa relação, apresenta-se a seguir a evolução do gasto por aluno em comparação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

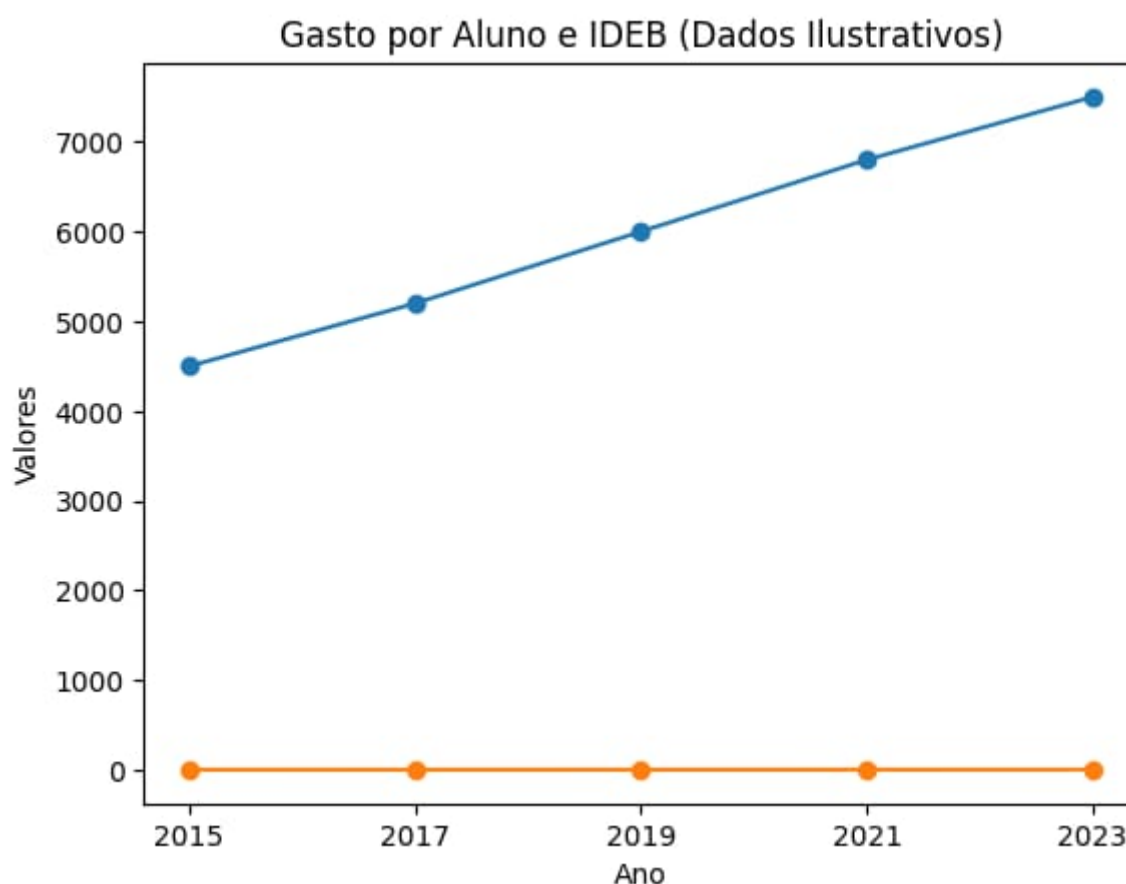


Gráfico 1 – Relação entre gasto por aluno e IDEB (2015–2023)
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme ilustrado no Gráfico 1, observa-se aumento contínuo do gasto por aluno no período analisado. Entretanto, o crescimento do IDEB não ocorre de forma proporcional ao incremento dos investimentos. Tal constatação evidencia que o aumento de recursos financeiros, embora essencial, não garante automaticamente melhoria na qualidade do ensino.

Esses resultados reforçam a necessidade de integração entre planejamento financeiro, gestão escolar e políticas pedagógicas. A contabilidade pública, ao fornecer dados sobre execução orçamentária e aplicação de recursos, pode subsidiar análises mais robustas quando articulada a indicadores educacionais.

4.2 Desafios na integração entre dados contábeis e indicadores educacionais.

Apesar dos avanços na transparência fiscal e na ampliação do acesso às informações públicas, ainda persistem desafios significativos na integração entre dados contábeis e indicadores de desempenho educacional. Os sistemas de informação disponibilizam dados financeiros detalhados sobre receitas e despesas educacionais, porém esses dados nem sempre são articulados de forma sistemática com indicadores pedagógicos.

A contabilidade pública fornece informações essenciais, como execução orçamentária, aplicação mínima constitucional e gasto por aluno. Entretanto, a utilização estratégica dessas informações para subsidiar decisões pedagógicas ainda é limitada.



Muitas vezes, os relatórios cumprem exigências legais, mas não são incorporados ao planejamento educacional de forma integrada.

Outro desafio refere-se à linguagem técnica utilizada nos demonstrativos contábeis, que pode dificultar a compreensão por parte da comunidade escolar e dos conselhos de acompanhamento. A efetividade do controle social depende não apenas da disponibilidade dos dados, mas também da sua inteligibilidade e acessibilidade. Além disso, fatores estruturais — como desigualdades regionais, infraestrutura escolar e formação docente — influenciam diretamente a capacidade de converter investimento financeiro em melhoria da aprendizagem. Dessa forma, a avaliação da efetividade das políticas educacionais deve considerar múltiplas dimensões, articulando financiamento, gestão e qualidade pedagógica.

Nesse cenário, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de instrumentos integrados de monitoramento que relacionem dados contábeis e indicadores educacionais de forma clara e sistemática. A utilização estratégica da contabilidade pública pode fortalecer a governança educacional, subsidiar políticas mais equitativas e contribuir para decisões baseadas em evidências.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma a contabilidade pública contribui para a transparência fiscal e para a avaliação da efetividade das políticas públicas educacionais no Brasil. A partir da revisão teórica e da análise documental realizada, verificou-se que os avanços normativos, especialmente após a consolidação da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Acesso à Informação e do FUNDEB permanente, fortaleceram os mecanismos de controle e divulgação dos gastos educacionais.

Os resultados evidenciaram que houve ampliação da disponibilidade de informações fiscais, possibilitando maior acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Entretanto, a análise comparativa entre investimento por aluno e desempenho educacional demonstrou que o aumento de recursos financeiros não garante, de forma automática, melhoria proporcional nos indicadores de qualidade, como o IDEB.

Constatou-se, ainda, que um dos principais desafios reside na integração entre dados contábeis e indicadores pedagógicos. Embora os sistemas de informação disponibilizem relatórios detalhados, a articulação entre financiamento, gestão e resultados educacionais ainda ocorre de maneira limitada. Tal lacuna compromete análises mais consistentes sobre a efetividade das políticas educacionais.

Conclui-se que a contabilidade pública possui potencial estratégico para subsidiar decisões educacionais e fortalecer a governança democrática, desde que utilizada de forma integrada a indicadores de desempenho e apresentada em linguagem acessível à sociedade. Recomenda-se o desenvolvimento de instrumentos de monitoramento que relacionem investimento público e resultados educacionais, bem como o aprimoramento da formação de gestores e conselhos de controle social para interpretação dos dados fiscais.

Por fim, destaca-se que futuras pesquisas podem aprofundar a análise com dados empíricos mais amplos e comparações entre diferentes entes federativos, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas educacionais baseadas em evidências.



Referências

ABRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 maio 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) instrumento permanente de financiamento da educação básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais no Brasil: desafios e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2019.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Brasília, DF: INEP, 2023.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados do financiamento da educação básica. Brasília, DF: FNDE, 2023.